

Novas opções ou mais do mesmo? Uma análise dos efeitos da criação de novos partidos políticos sobre as finanças públicas locais do Brasil^a

New Options or More of the Same? An Analysis of the Effects of the Creation of New Political Parties on Local Public Finances in Brazil

Henrique Neves Plens^b 

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Economia, Ribeirão Preto (SP), Brasil

Sergio Naruhiko Sakurai^c 

Universidade de São Paulo, Departamento Economia, Ribeirão Preto (SP), Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar em que medida a política fiscal dos municípios brasileiros é influenciada pela criação de novos partidos políticos. Em particular, investiga-se se o perfil de um conjunto selecionado de indicadores fiscais locais é diferente entre municípios governados por prefeitos filiados a partidos políticos novos e municípios cujo mandatário é filiado a partidos considerados tradicionais. Explorando-se um painel de municípios entre os anos de 1997 a 2016 por meio do modelo *RDD*, os resultados sugerem haver diferenças pontuais no perfil da política fiscal entre estes dois grupos de prefeitos, tanto na média do mandato local como especificamente nos anos eleitorais. Estes resultados permanecem inalterados independentemente do mandato local, do porte populacional do município e da ideologia dos partidos novos.

Palavras-chave: Novos partidos políticos. Municípios brasileiros. Política fiscal.

Abstract: The purpose of this article is to investigate whether the fiscal policy of Brazilian municipalities is influenced by the creation of new political parties. In particular, we investigate whether a selected set of local fiscal indicators is different between municipalities

Editor responsável: Diogo de Prince

^a Submissão: 20/05/2021 | Aprovação: 19/01/2022 | DOI: 10.22456/2176-5456.114136

^b hnplens@gmail.com

^c sakurai@usp.br

Ambos os autores foram responsáveis pela concepção, pesquisa de dados e/ou documentos, análise dos dados e/ou documentos, participação ativa na discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final. Os autores agradecem os comentários de Enlinson Mattos, Luiz Guilherme Scorzafave, Marcos Nakaguma e de dois pareceristas anônimos desta revista; o financiamento da Capes e do CNPq; e a assistência de pesquisa de Beatriz Sacaro Cezarino e Gustavo Corrêa da Silva.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

governed by mayors affiliated to new political parties and municipalities whose executive chief is affiliated to traditional parties. By exploring a panel of municipalities between 1997 and 2016 using the *RDD* model, we find small differences in fiscal policy between these two groups of mayors, both in the average of the local mandate and specifically in election years. These results remain unchanged regardless of the local term, the population size of the municipality and the ideology of the new parties.

Keywords: New Political Parties. Brazilian Municipalities. Fiscal Policy.

JEL: C21. H72. H11.

1. Introdução

O Brasil tem, possivelmente, a democracia representativa mais fragmentada do planeta. Nas eleições nacionais de 2018, nada menos do que 35 partidos estavam aptos a disputar vagas nas câmaras legislativas e nos executivos estaduais e federais. Desde 2005, foram criados nada menos do que onze novos partidos políticos, existindo atualmente mais de setenta partidos em processo de formação, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Não se pode negar que o constante surgimento de novos partidos políticos altera o funcionamento do sistema eleitoral. Segundo Nicolau (2017), o sistema partidário brasileiro atingiu níveis de hiperfragmentação depois do pleito de 2014, fato que lança entraves ao bom funcionamento da democracia. Em primeiro lugar, porque elevam-se os custos de formação e de manutenção de apoio aos projetos do Executivo. Em segundo lugar, porque cresce de forma desproporcional a força de legendas pequenas, principalmente na discussão de temas complexos. Em terceiro lugar, porque enfraquece a atuação programática do governo que, para garantir base de apoio junto ao legislativo, cede cargos tanto de ministérios quanto de segundos e terceiros escalões da máquina pública a partidos que podem não estar alinhados com seu programa de governo.

Depois da redemocratização ocorrida durante a década de 1980, diversos acadêmicos encararam o Brasil como um importante estudo de caso, em que as instituições políticas promoveram o individualismo em detrimento dos partidos que, por sua vez, se enfraqueceram como representantes dos interesses da coletividade. Tem-se então eleitores com baixa preferência partidária e um sistema político em que os partidos têm pouca força e representatividade junto ao eleitorado (Samuels; Zucco, 2018).

Por um lado, o surgimento de novos partidos políticos está ligado ao próprio desenvolvimento da democracia (Duverger, 1954). Historicamente, os partidos políticos foram as instituições responsáveis por centralizar os conflitos, as identidades e as demandas nacionais nas democracias (Bartolini; Mair, 2001). É de se esperar, portanto, que com o fim da ditadura militar no Brasil, novos grupos adentrassem ao cenário político e promovessem mudanças importantes nas disputas eleitorais. Por outro lado, a criação de novos partidos pode tornar o sistema político hiperfragmentado e, conseqüentemente, dificultar a diferenciação, por parte dos eleitores, do que cada uma das legendas efetivamente representa. No limite, a

criação excessiva pode prejudicar os próprios partidos na construção de bases sólidas junto à sociedade (Mainwaring, 1999).

A profusão e a constante formação de novas agremiações políticas geram terreno fértil para investigações acerca da competitividade eleitoral. Disputas eleitorais acirradas trazem mais atores ao jogo político e, com isso, compreender as consequências da criação de novos partidos passa a ser importante para se entender os fatores que influenciam a competição eleitoral bem como suas características (Galindo-Silva, 2015).

Ainda que a alta fragmentação partidária no Brasil tenha levantado questões acerca do perfil e da atuação do poder legislativo, ainda há poucas evidências a respeito dos seus efeitos sobre a atuação do poder executivo. Ademais, pouco se sabe sobre o efeito da criação de novos partidos políticos em nível local. Assim, o presente trabalho busca suprir essa lacuna e investiga o impacto, sobre variáveis fiscais, decorrentes da presença de prefeitos filiados a partidos novos comparativamente a prefeitos filiados a partidos tradicionais na chefia do poder executivo local.

As eleições municipais no Brasil configuram um contexto favorável para se estudar os efeitos fiscais da criação de novos partidos políticos. Além da já citada intensa criação de novos partidos na história política recente, o Brasil é uma das maiores democracias no mundo. Em 2012, o país possuía o quarto maior eleitorado do planeta, atrás apenas de Índia, Estados Unidos e Indonésia (Nicolau, 2012). Em segundo lugar, os mais de 5.500 municípios brasileiros fazem parte de uma república federativa bastante descentralizada, em que os governos locais são responsáveis pela provisão de importantes serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, transporte e infraestrutura urbana, por exemplo. Em terceiro lugar, há bastante competição nos pleitos, com grande quantidade de candidatos e de partidos (Nicolau, 2012). Em quarto lugar, segundo referências como Brender e Drazen (2005) e Shi e Svensson (2006), o Brasil pode ser considerado uma jovem democracia, em que as instituições ainda estão em processo de consolidação e em que os eleitores são, em teoria, menos experientes com o processo de escolha de seus líderes. Em quinto lugar, além de serem a menor unidade geográfica em que se vota tanto para o nível local quanto para os níveis estaduais e nacional, os municípios representam o início da carreira de muitos políticos, de modo que muitas disputas políticas relevantes se dão no nível local

(Klein; Sakurai, 2015). Por fim, em sexto lugar, Mainwaring e Torcal (2006) argumenta que democracias mais novas, como a brasileira, convivem com um maior grau de personalismo na escolha dos candidatos, contam com mecanismos de controle mais fracos e exibem maior volatilidade da escolha dos eleitores. Estes fatores aumentam a incerteza acerca dos resultados das eleições e, conseqüentemente, das políticas públicas a serem postas em práticas pelo incumbente. Desta forma, por ser uma democracia jovem, com muitos partidos políticos ainda pouco consolidados e com um sistema político altamente fragmentado, o Brasil pode ser visto como bom ponto de partida para se explorar a relação entre a formação de novos partidos políticos e a política fiscal, de modo que os resultados possam ser contextualizados com evidências de outros países que apresentem características institucionais semelhantes.

Explorando-se uma base de dados fiscais dos municípios brasileiros entre os anos de 1997 a 2016 e dados das eleições locais de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012, os resultados obtidos por meio do modelo de regressão descontínua (doravante *RDD*) indicam que, para este período como um todo, não há diferenças no perfil de política fiscal posta em prática por prefeitos filiados a partidos novos e prefeitos filiados a partidos tradicionais na média do mandato. Ademais, também não se pode atestar que existam diferenças estatisticamente significantes, entre estes dois grupos de prefeitos, no comportamento das variáveis fiscais especificamente em anos eleitorais, períodos em que, hipoteticamente, os chefes de executivo têm incentivos a manipular a política fiscal com vistas a aumentar sua chance de permanência no poder. Estes resultados permanecem praticamente inalterados quando os mandatos locais são analisados separadamente ou quando se leva em conta diferentes portes populacionais dos municípios brasileiros e diferentes ideologias dos novos partidos políticos. Estas evidências trazem novo conhecimento a respeito dos efeitos de mudanças ocorridas no cenário político brasileiros sobre as políticas públicas pois, de que seja conhecimento dos autores, este é o primeiro artigo a abordar a relação entre a presença de incumbentes vinculados a partidos novos e a política fiscal em nível local no Brasil.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: a seção 2 apresenta a fundamentação teórica do problema abordado, em que são abordados as causas da criação de novos partidos políticos e os canais pelos quais a presença de um partido novo na chefia do poder executivo pode influenciar o comportamento da política

fiscal. Além disto, também são apresentadas algumas evidências empíricas sobre o problema abordado. A seção 3 discute a metodologia empregada para os testes empíricos ao passo que a seção 4 discute a base de dados. A seção 5, por sua vez, apresenta os resultados das estimações e, finalmente, a seção 6 apresenta as considerações finais do artigo.

2. Novos partidos e política fiscal: teoria e evidências

Conforme mencionado anteriormente, o principal objetivo deste artigo é investigar se a presença de um chefe de executivo filiado a um partido novo altera o perfil da política fiscal em nível local comparativamente a municípios cujo chefe cujo mandatário é filiado a um partido tradicional. Neste contexto, duas questões importantes emergem: a primeira diz respeito aos motivos que levam ao surgimento de novos partidos políticos, ao passo que a segunda se refere à relação entre novos partidos políticos e o perfil da política fiscal.

Com relação à primeira destas duas questões, uma primeira teoria apresentada pela literatura que fundamenta o surgimento de novos partidos políticos é a influência dos sistemas eleitorais. Além de converterem os votos depositados nas urnas em cadeiras efetivas nas instâncias representativas (Reynolds *et al.*, 2008 os sistemas eleitorais apontam os vencedores e os perdedores das disputas e delimitam, portanto, as estratégias dos partidos na competição eleitoral. Neste contexto, uma referência canônica na literatura de Ciência Política que relaciona sistemas eleitorais e partidos políticos é a Lei de Duverger, segundo a qual sistemas eleitorais com distritos de membro único e com regra de pluralidade simples tendem a ter um número menor de partidos políticos do que sistemas organizados sob a forma de listas proporcionais. Assim, nota-se os sistemas eleitorais podem estimular ou inibir o surgimento de novos partidos políticos.

Uma segunda teoria que explica o surgimento de novos partidos é a dos partidos-cartel de Katz e Mair (1995), segundo a qual a cartelização dos partidos políticos se dá quando as agremiações políticas abandonam sua função principal de representantes da sociedade civil e direcionam seus esforços para agenciar os interesses entre a sociedade civil e o Estado. À medida que se aproximam do Estado, os partidos abrem janelas de oportunidade para cooperar entre si e, assim, forjam-se incentivos para regular a competição eleitoral (principalmente o acesso aos recursos públicos) e controlar a entrada de novos desafiantes a partir de alianças

entre os partidos relevantes (Katz; Mair, 2009). Nesse cenário, o surgimento de novos partidos dependeria principalmente do acesso aos recursos provenientes do Estado e da capacidade destes de participar do cartel que domina o cenário político. Esses fatores podem dificultar a formação de novos partidos que, para obter sucesso eleitoral, precisam quebrar a barreira imposta pelos partidos existentes.

Uma terceira explicação teórica para a criação de novos partidos é a de que agremiações tradicionais perderam a capacidade de representar os interesses do eleitorado. Assim, diante da inabilidade destes partidos em fazer frente aos desafios da democracia representativa contemporânea, criam-se novos partidos políticos para levar adiante novas demandas e/ou novas preferências do eleitorado (Schmitter, 2001; Dalton *et al.*, 2011). Este argumento parte do pressuposto de que, do ponto de vista organizacional, os partidos de massa são o estágio máximo de desenvolvimento de uma agremiação política e que qualquer partido com estrutura organizacional diferente estará aquém das exigências necessárias para funcionar na competição eleitoral moderna. A partir do momento em que deixam de priorizar sua função de representantes dos interesses do eleitorado, os partidos até então existentes se tornam disfuncionais. Nesse momento, o descrédito do eleitorado pode gerar reformulações na competição interpartidária em que líderes mais experientes podem se desvincular de suas legendas antigas e fundar novos partidos com o intuito de melhor representar o eleitorado que não se sente suficientemente representado pelas agremiações até então existentes.

Finalmente, uma quarta forma de se analisar o surgimento de novos partidos políticos especificamente no Brasil é a própria legislação partidária. Segundo Gomes (2018), a Lei 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) flexibilizava a fundação de legendas, garantia mecanismos de financiamento e propiciava a fusão de partidos, incentivada pela cláusula de barreira. O problema, no entanto, é que constantes alterações propostas tanto pelos legisladores quanto pela justiça - notadamente a admissão da inconstitucionalidade da cláusula de barreira, em 2006 - impulsionaram a proliferação de novos partidos por meio do recrutamento de membros do parlamento eleitos por outras agremiações (Gomes, 2018). Posteriormente, em 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que parlamentares que trocassem de partido perderiam seus mandatos, mas como não se estipulou nenhuma limitação para que parlamentares se filiassem a novos partidos ou a partidos oriundos da fusão de duas outras legendas, criou-se um ambiente propício

para a criação de novas agremiações (Vieira, 2018). Assim, ao mesmo tempo em que foram retirados mecanismos que imporiam restrições à manutenção de partidos com fraco desempenho eleitoral, foram criados incentivos para que políticos eleitos aderissem a partidos recém-criados⁴. Finalmente, em 2015, o STF derrubou o trecho da lei que criou restrições de acesso ao fundo partidário por parte dos novos partidos⁵, o que permitiu que legendas novas agregassem parte do fundo partidário e do tempo de propaganda na TV, atraindo políticos que já possuíam mandatos como deputados federais por outros partidos.

Tendo sido apresentados alguns argumentos que explicam o surgimento de novos partidos políticos, a segunda questão importante a ser abordada é por que a política fiscal conduzida por chefes de executivo eleitos por partidos novos seria diferente da política fiscal conduzida por chefes de executivo filiados a partidos tradicionais.

Um primeiro argumento apresentado pela literatura é que divergências ideológicas entre as novas agremiações e os partidos tradicionais os colocariam em discordância quanto ao nível apropriado dos gastos do governo (Galindo-Silva, 2015). Se a criação de novos partidos representa o surgimento ou o fortalecimento de novos grupos da sociedade com preferências diferentes dos demais já existentes - em função de heterogeneidades étnicas ou culturais, por exemplo -, é natural esperar que a ascensão de novos partidos políticos ao poder implique em mudanças no perfil da política fiscal.

Um segundo argumento que associa a presença de partidos novos na chefia do poder executivo e a política fiscal parte da premissa de que tais partidos tendem a ter menor representação no poder legislativo e, portanto, necessitam apoiar projetos de políticos de outras agremiações para obter suporte para suas próprias agendas (Galindo-Silva, 2015). Tal argumento está associado ao tradicional problema de *common pool* descrito por Persson e Tabellini (2005), entre outros, segundo o qual a socialização dos custos de se aumentar a receita do governo recai sobre todos os pagadores de impostos, mas os benefícios atendem apenas a uma pequena parcela da população. Assim, todos os grupos de pressão se sentem

⁴ Como recorda Gomes (2018), o PSD (Partido Social Democrático) surgiu em 2011 com a quarta maior bancada do Congresso Nacional (48 representantes) sem que tivesse disputado nenhuma eleição.

⁵ Ver Falcão (2015).

compelidos a impulsionar os gastos públicos, pois internalizam apenas parte dos custos e recebem todos os benefícios⁶.

Como terceiro argumento, a literatura apresenta o *rent seeking* como outra fonte de aumento dos gastos governamentais quando geridos por incumbentes filiados a partidos novos. Na esteira dos modelos de carreira de Holmström (1999) e de Persson e Tabellini (2003), por exemplo, esta teoria argumenta que maiores gastos do governo não são fruto de demandas específicas de diferentes grupos da sociedade ou da necessidade de se angariar suporte junto ao poder legislativo, mas sim absorvidos pelos próprios partidos para benefício de seus próprios membros (Galindo-Silva, 2015). Neste sentido, a criação de novos partidos seria uma forma de obtenção de recursos públicos que poderiam ser ou utilizados pelos seus próprios membros ou empenhados em negociações com outros partidos existentes.

Um último argumento, baseado em Hanusch e Keefer (2013a), envolve a premissa de que partidos mais novos têm menos chances de mitigar os problemas informacionais que fomentam os chamados ciclos eleitorais. Conforme proposto por Rogoff (1990), assumindo-se expectativas racionais e informação imperfeita, as manipulações fiscais antes das eleições seriam uma forma dos incumbentes demonstrarem sua competência aos eleitores, o que causaria mudanças na política fiscal de acordo com o calendário eleitoral. Segundo Hanusch e Keefer (2013a, b), partidos com menos experiência eleitoral não só têm maior dificuldade em encontrar os eleitores pivotais como também têm menos chances de resolver uma eventual assimetria de informação entre candidatos e eleitores. Assim, é possível que a menor habilidade dos partidos novos em fazer promessas pré-eleitorais factíveis reforce os ciclos eleitorais, pois políticos filiados a tais partidos podem tentar realizá-las justamente a partir do uso da política fiscal.

As referências citadas anteriormente fazem parte da literatura que visa entender a criação de novos partidos políticos bem como sua relação com a política fiscal. Contudo, quanto às evidências empíricas que associam a presença de novos partidos políticos no poder e mudanças no perfil da política fiscal, a literatura é escassa e contempla poucos estudos. Uma primeira referência a ser considerada é o já citado estudo de Hanusch e Keefer (2013a), que explora dados fiscais de um

⁶ Esta teoria encontra respaldo no estudo de Kontopoulos e Perotti (1999), por exemplo, cujos resultados indicam que quanto maior o número de partidos no legislativo, maiores tendem a ser os gastos governamentais.

conjunto de países por meio de estimações para painel dinâmico. De acordo com os resultados obtidos pelos autores, manipulações fiscais em anos eleitorais são mais intensas quanto mais jovens forem os partidos políticos, resultado explicado pela maior necessidade dos incumbentes vinculados a partidos novos em mitigar o problema de informação assimétrica e em sinalizar competência ao eleitorado, comparativamente a incumbentes vinculados a partidos tradicionais.

Por sua vez, Galindo-Silva (2015) explora um painel de municípios colombianos contendo resultados de eleições locais ocorridas entre 1997 e 2007. Por meio do uso do modelo *RDD*, os resultados obtidos pelos autores sugerem que localidades governadas por prefeitos vinculados a partidos novos têm maiores gastos com a provisão de bens públicos e maior carga tributária do que municípios controlados por partidos tradicionais. Para os autores, tais diferenças de política fiscal não se devem às diferenças ideológicas ou à necessidade dos partidos novos em elevar os gastos públicos para obter suporte junto ao legislativo, mas sim à sua fraqueza institucional. Dado que estas agremiações devem se esforçar mais para convencer os eleitores sobre seu nível de competência, elas têm uma menor probabilidade de permanência no poder e isto as estimularia a praticar o máximo de *rent seeking* possível, via ampliação dos gastos públicos, durante o período em que estivessem no poder.

As discussões apresentadas nesta seção permitem levantar duas hipóteses. A primeira é que o perfil da política fiscal executada por prefeitos filiados a partidos novos seria diferente daquela executada por prefeitos filiados a partidos tradicionais. A segunda é que esta diferenciação seria observada - ou seria mais contundente - em períodos próximos às eleições. São estas as hipóteses a serem testadas empiricamente neste artigo.

3. Métodos

Este estudo parte da premissa de que a decisão de concorrer a um pleito por um partido tradicional ou por um partido novo não é aleatória, sendo necessário realizar as estimações levando em conta um potencial viés de seletividade amostral. Assim, a fim de identificar o efeito causal entre o tipo de partido do chefe do executivo local - se tradicional ou se novo - e as finanças públicas locais, este estudo faz uso do modelo *RDD*, pois o mesmo permite lidar com a possível endogeneidade existente entre perfil das políticas públicas e a escolha, por parte dos prefeitos, do

partido pelo qual os mesmos pretendem concorrer nas eleições (Galindo-Silva, 2015).

De modo geral, os modelos *RDD* permitem investigar o efeito causal de uma intervenção ou de um tratamento (Imbens; Lemieux, 2008). No caso aqui abordado, a eleição de um político filiado a um partido novo em um dado município (*vis-à-vis* um prefeito filiado a um partido tradicional) é a intervenção de interesse. Assim, os municípios que receberam a intervenção (unidades tratadas) são aqueles cujos prefeitos são filiados a partidos novos. Em contrapartida, as municipalidades que não sofreram intervenção (unidades não tratadas) são aquelas cujos prefeitos são filiados a partidos tradicionais.

O uso do modelo *RDD* é recomendável em situações em que se dispõe de dados não experimentais cuja atribuição ao tratamento é conferida por uma variável observável que designa a intervenção, a todas as unidades de observação, em que ela ultrapassa determinado limiar (Imbens; Lemieux, 2008). A escolha dos chefes de executivos dos municípios brasileiros se encaixa nesse contexto, pois para se eleger os candidatos devem receber uma maior porcentagem de votos do que seus concorrentes.

Uma das vantagens do modelo *RDD* é permitir isolar os efeitos de um tratamento mesmo quando a atribuição ao mesmo está relacionada com uma possível autos-seleção por parte dos participantes (Lee, 2008). Investigações feitas por meio do modelo linear geral ou mesmo por meio do modelo de efeitos fixos podem resultar em estimações enviesadas quando características locais não observáveis ou choques em nível local podem tanto influenciar os resultados das eleições locais como também modificar as decisões referentes à política fiscal local simultaneamente (Rocha *et al.*, 2018).

Tomando como base Gelman e Imbens (2019), o método *RDD* pode ser apresentado da seguinte forma: considere que $(y_i(0), y_i(1))$ represente o par de resultados possíveis para uma dada unidade i e considere que $w_i \in (0, 1)$ represente o tratamento, que ocorre ou não a depender do comportamento de uma *running variable* x , tal que $w_i = 1(x_i > 0)$.

O objetivo é estimar $\tau(x) = E(y_i(1) - y_i(0)|x_i = x)$ no ponto de corte (*cutoff*) $x = 0$, ou seja, estimar $\tau = \tau(0)$. Sob algumas condições, principalmente suavidade da esperança condicional dos resultados em função da *running variable*, o efeito médio pode ser estimado como a descontinuidade da expectativa

condicional de y_i como uma função da *running variable* no ponto de corte $x = 0$, o que pode ser representado por:

$$\tau = \lim_{x \downarrow 0} E(y|x_i = x) - \lim_{x \uparrow 0} E(y|x_i = x)$$

Os municípios abordados neste estudo são aqueles em que, nas disputas eleitorais, os candidatos filiados a partidos novos venceram o pleito tendo um candidato filiado a um partido tradicional ficando em segundo lugar, ou então ficaram em segundo lugar tendo sido derrotados por um candidato filiado a um partido tradicional. Por sua vez, a *running variable* é a margem de vitória MV , dada pela diferença entre a proporção de votos recebida por um candidato vinculado a um partido novo e a proporção de votos recebida por um candidato vinculado a um partido tradicional. Essa variável define os grupos de tratamento e de controle da seguinte forma: se $MV > 0$, tem-se a vitória de um candidato vinculado a um partido novo com um oponente filiado a um partido tradicional ficando em segundo lugar; por sua vez, se $MV < 0$, tem-se a vitória de um candidato vinculado a um partido tradicional com um oponente filiado a um partido novo ficando em segundo lugar⁷. O objetivo, portanto, é estimar a diferença dos indicadores fiscais y entre os grupos de tratamento e de controle no ponto em que $MV = 0$.

Ao se assumir que a margem de vitória é uma variável com densidade contínua, os resultados dos pleitos nas proximidades do ponto de corte podem ser tidos como aleatórios. Assim, garante-se que uma municipalidade em que um candidato vinculado a um partido novo quase ganhou é o contrafactual apropriado para uma municipalidade em que ele quase perdeu e, portanto, contrastar as variáveis fiscais desses dois tipos de municípios indica a relação causal entre a presença de um prefeito eleito por um partido novo ou por um tradicional e o comportamento das variáveis fiscais de interesse.

Para a estimação de τ , Gelman e Imbens (2019) argumentam que a estimação de regressões polinomiais globais de ordem elevada (*high-order global polynomial regressions*) está sujeita a alguns problemas que podem prejudicar a inferência

⁷ Seguindo Galindo-Silva (2015), Ferreira e Gyourko (2009) e Ferreira e Gyourko (2014), é mais interessante se valer da margem de vitória do que da proporção de votos obtido por cada candidato porque em diversos pleitos há mais de dois concorrentes.

realizada via modelo *RDD*, como a atribuição de um peso excessivo às observações mais distantes do *cutoff* e a obtenção de estimativas discrepantes e sensíveis ao grau do polinômio empregado. Assim, conforme recomendado por tais autores e de forma semelhante à realizada por Lee *et al.* (2004) e Colonnelli *et al.* (2020), entre outros, as estimações foram obtidas via regressões lineares locais (*local linear regression*) com resultados tanto para a amostra completa como para intervalos específicos ao redor do *cutoff* - neste estudo em particular, de 5%, 7,5% e 10%. O cálculo do parâmetro τ e de seu erro-padrão, por sua vez, segue o método proposto por Calonico *et al.* (2017).

Seguindo a definição de Galindo-Silva (2015), um partido é classificado como novo desde sua criação até obter sua primeira vitória em algum município, em alguma eleição municipal. A título de ilustração, o PSOL foi fundado em 2005, tendo então disputado sua primeira eleição municipal no ano de 2008. Dado que sua primeira vitória veio apenas nas eleições municipais de 2012, tal partido é considerado novo nos anos de 2009 a 2012 (anos referentes ao mandato dos prefeitos eleitos na eleição municipal de 2008), sendo classificado como tradicional nos anos de 2013 em diante. De forma geral, os partidos novos foram classificados de acordo com a tabela 1.

Tabela 1 - Atribuição de partido novo na base de dados

Eleição local	Legendas
1996	PPB (Progressistas), PSL, PTN (Podemos), PAN*, PSDC (DC), PRTB, PSN (PHS)*, PGT*, PRONA, PMN
2000	PAN*, PGT*, PRONA*
2004	PRONA*
2008	PRB, PR (PL), PSOL, PMB
2012	PSD, PEN (PATRIOTA), PPL*, SD, PROS, PMB

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do TSE

Nota: entre parênteses estão os nomes atuais de legendas que alteraram suas nomenclaturas; * indica que a legenda deixou de existir, seja por fusão com outra sigla ou pela simples dissolução.

Há algumas considerações importantes acerca desta classificação. Primeiro, diversas agremiações, como o PPB e o PTN, por exemplo, mudaram de nome ou foram refundadas ao longo dos anos⁸. Como muitos dos quadros políticos e de sua

⁸ Vide tabela 1.

estrutura partidária não se alteraram, tais partidos foram considerados tradicionais. Segundo, ocorreram diversas fusões em que dois ou mais partidos se uniram para criar uma nova agremiação. Nesses casos, considerou-se que o partido criado é um partido novo.

4. Base de dados

A base de dados explorada neste estudo envolve dados eleitorais, dados fiscais e dados demográficos dos municípios brasileiros. As informações referentes às eleições foram obtidas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as informações fiscais, por sua vez, foram obtidas junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Por fim, as variáveis demográficas foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em particular, os testes empíricos realizados neste artigo envolvem dados fiscais de 1997 a 2016, com prefeitos eleitos nas eleições municipais de 1996 (mandato de 1997 a 2000), 2000 (mandato de 2001 a 2004), 2004 (mandato de 2005 a 2008), 2008 (mandato 2009 a 2012) e, finalmente, 2012 (mandato de 2013 a 2016).

A tabela 2 congrega todas⁹ as vitórias dos partidos novos nas cinco eleições municipais ocorridas entre 1996 e 2012. A maioria delas se concentra nos pleitos de 1996, 2008 e 2012, nos quais essas legendas foram vitoriosas em 12,48%, 7,86% e 9,2% das disputas, respectivamente. Do universo total de 27.537 disputas eleitorais, os partidos novos venceram 1.622 corridas, o que representa aproximadamente 6% das vitórias.

Tabela 2 - Vitórias de partidos novos (eleições locais de 1996 a 2012)

Ano	Pleitos disponíveis	Vitórias partido novo	%
1996	5.381	672	12,48
2000	5.540	1	0,02
2004	5.556	7	0,12
2008	5.527	432	7,86
2012	5.543	510	9,20
Total	27.537	1.622	5,89

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do TSE.

⁹ Eleições decididas tanto no primeiro quanto no segundo turno.

Além de estar concentradas em três eleições municipais, as informações apresentadas na tabela 3 permitem constatar que as vitórias dos partidos novos estão concentradas em três partidos: o PPB, responsável por 92,8% do total de municípios conquistados por partidos novos na eleição de 1996; o PRB, vitorioso em 88% dos municípios vencidos por partidos novos nas eleições de 2008; e o PSD, que venceu em 97% das localidades em que um candidato filiado a um partido novo foi vitorioso nas eleições de 2012.

Tabela 3 – Participação e distribuição de vitórias dos partidos novos (eleições locais de 1996 a 2012)

	1996		2000		2004		2008		2012	
	Vitórias	%	Vitórias	%	Vitórias	%	Vitórias	%	Vitórias	%
PPB (Progressistas)	624	92,8	-	-	-	-	-	-	-	-
PMN	30	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-
PSL	11	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-
PSDC (DC)	2	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-
PRTB	2	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-
PSN (PHS)*	2	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-
PTN (Podemos)	1	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
PAN*	0	0,0	1	100	-	-	-	-	-	-
PGT*	0	0,0	0	0,0	-	-	-	-	-	-
PRONA*	0	0,0	0	0,0	7	100	-	-	-	-
PR (PL)	-	-	-	-	-	-	380	88,0	-	-
PRB (Republicanos)	-	-	-	-	-	-	50	12,0	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-	-	-	497	97,0
PPL*	-	-	-	-	-	-	-	-	11	2,5
PSOL	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,5
PEN (Patriota)	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
SD	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
PROS	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
PMB	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
NOVO	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
REDE	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
Total	672	100	1	100	7	100	432	100	510	100

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do TSE.

Nota: % se refere à percentagem de vitórias de cada partido novo em relação ao total de vitórias de todos os partidos novos; entre parênteses estão os nomes atuais de legendas que eventualmente alteraram suas nomenclaturas; * indica que a legenda deixou de existir, seja por fusão com outra sigla ou pela simples dissolução.

Conforme mencionado anteriormente, este estudo considera apenas as eleições locais em que um candidato filiado a um partido novo venceu a eleição tendo um candidato filiado a um partido tradicional como segundo colocado ou o contrário (um candidato filiado a um partido tradicional venceu a eleição tendo um candidato filiado a um partido novo em segundo lugar). Adicionalmente, a base de dados explorada neste estudo contempla eleições decididas em primeiro turno, ou seja, eleições em municípios com menos de 200 mil eleitores e eleições em municípios com mais de 200 mil eleitores nos quais a definição do vencedor se deu ainda no primeiro turno. Isso restringe a amostra a ser efetivamente explorada neste estudo a 3.090 disputas eleitorais, aqui denominadas “corridas relevantes”.

A tabela 4 apresenta a distribuição destas corridas, por eleição. Nota-se que a maior parte dos casos ocorre nas eleições municipais de 1996, 2008 e 2012. As 3.090 corridas relevantes representam 11,2% dos 27.537 pleitos para os quais se tem dados entre 1996 e 2012. A presença de um número semelhante de corridas vencidas por partidos novos (1.560) e vencidas por partidos tradicionais (1.530) reforça a hipótese de aleatoriedade ao redor do ponto de corte.

Tabela 4 – Distribuição das corridas relevantes (eleições locais de 1996 a 2012)

Ano	Pleitos totais	Corridas relevantes	% do total	Vitória partido novo	% do total	Vitória partido tradicional	% do total
1996	5.381	1.314	24,4	639	11,8	675	12,6
2000	5.540	2	0,04	1	0,02	1	0,02
2004	5.556	12	0,2	7	0,1	5	0,1
2008	5.527	819	14,8	411	7,4	408	7,4
2012	5.543	943	17,0	502	9,0	441	8,0
Total	27.537	3.090	11,2	1.560	5,7	1.530	5,5

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do TSE.
Nota: corridas relevantes são eleições em que um candidato filiado a um partido novo saiu vitorioso com um candidato filiado a um partido tradicional em segundo lugar ou o contrário.

Quanto aos dados sobre as finanças públicas municipais, os testes empíricos fazem uso de informações de receitas e de despesas entre os anos de 1997 e 2016. Tendo como referência o estudo de Galindo-Silva (2015), no que tange à arrecadação, foca-se na receita tributária, que mensura a arrecadação de impostos administrados pelo próprio município, e na receita de capital, que mensura a arrecadação obtida via operações de crédito ou alienação de bens da prefeitura local,

por exemplo. Já em relação às despesas públicas, investiga-se o comportamento da despesa com pessoal e encargos sociais, da despesa de capital, e das despesas das funções orçamentárias legislativa, saúde e saneamento (somadas) e educação e cultura (somadas). Por fim, analisa-se também o efeito sobre o resultado fiscal, mensurado por meio da diferença entre a receita e a despesa orçamentária. Essas variáveis foram deflacionadas para preços de 2000 utilizando-se o IPCA.

5. Resultados

Nesta seção do artigo, são apresentados os resultados das estimações separados da seguinte forma: a subseção 5.1 apresenta os resultados para todos os mandatos conjuntamente, ao passo que as subseções 5.2 e 5.3 apresentam, respectivamente, resultados de estimações separadamente por eleição e resultados que permitem analisar efeitos heterogêneos associados a diferentes tamanhos da população e diferentes ideologias dos partidos novos. Finalmente, a subseção 5.4 apresenta os resultados dos testes de validação das premissas do modelo *RDD*.

Todas as tabelas apresentadas em sequência têm estrutura semelhante e reportam o valor de τ e de seu erro-padrão. As tabelas com os resultados das estimações são divididas em duas partes. O Painel A apresenta os resultados em que as variáveis fiscais (variáveis dependentes) são mensuradas como logaritmo natural da média do valor per capita dos quatro anos de cada mandato - a exceção fica por conta do resultado fiscal, que é mensurado apenas como média per capita dos quatro anos do mandato, uma vez que o mesmo pode assumir valores tanto positivos como negativos. Os resultados apresentados neste painel buscam averiguar se há diferenças no perfil da política fiscal entre prefeitos vinculados a partidos novos e prefeitos vinculados a partidos tradicionais. Os resultados apresentados no Painel B, por sua vez, se referem às estimações em que as variáveis fiscais são mensuradas como variação proporcional entre o último ano de mandato (ano eleitoral) e a média dos três anos anteriores. Essa é uma forma de investigar se há discrepâncias entre esses dois grupos de prefeitos quanto às manipulações fiscais em anos eleitorais.

A significância estatística dos parâmetros é representada da seguinte forma: * se o parâmetro for estatisticamente significativo a 10%, ** se for estatisticamente significativo a 5% e finalmente *** se for estatisticamente significativo a 1%.

5.1 Estimações para todos os mandatos

Os resultados referentes à amostra completa, ou seja, com dados de todos os mandatos agrupados, são apresentados na tabela 5. De acordo com o painel A, em que as variáveis fiscais são mensuradas como média de mandato, o parâmetro τ é estatisticamente significativo apenas no caso da receita de capital na amostra contendo observações dentro do intervalo de 5% ao redor do *cutoff*. Para todos os demais casos, o parâmetro em questão é estatisticamente nulo. Estes resultados sugerem, portanto, que a política fiscal de municípios governados por prefeitos vinculados a partidos novos não é estatisticamente diferente, ao longo dos quatro anos de governo, de municípios governados por prefeitos vinculados a partidos tradicionais, no conjunto dos mandatos entre 1997 e 2016.

No caso do painel B, por sua vez, nota-se que todos os parâmetros continuam sendo estatisticamente nulos. As únicas exceções ficam por conta da receita de capital na amostra completa, quando o parâmetro é positivo e estatisticamente significativo a 10%, e das despesas da função legislativa na janela de 10% ao redor do ponto de corte, caso em que o parâmetro é negativo e estatisticamente significativo a 10%. Desta forma, estes resultados sugerem que prefeitos eleitos por partidos novos não gerem a política fiscal de seus respectivos municípios de modo diferente de seus pares eleitos por partidos tradicionais especificamente em anos eleitorais.

Tabela 5 – Resultados das estimações - todos os mandatos - amostra completa e intervalos selecionados

	Amostra completa		5%		7,5%		10%	
Variável dependente	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.
Painel A: média do mandato (em logaritmo natural)								
Receita tributária	-0,093	(0,136)	0,414	(0,559)	-0,025	(0,297)	0,019	(0,310)
Receita de capital	0,140	(0,133)	1,149*	(0,608)	0,464	(0,484)	0,151	(0,384)
Despesa pessoal e encargos sociais	-0,011	(0,057)	0,290	(0,192)	0,119	(0,149)	-0,057	(0,130)
Despesa de capital	-0,020	(0,069)	0,386	(0,261)	-0,236	(0,189)	-0,236	(0,189)
Despesa função legislativa	-0,004	(0,107)	0,484	(0,384)	-0,199	(0,298)	-0,226	(0,292)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,050	(0,081)	0,459	(0,315)	0,185	(0,230)	-0,096	(0,207)
Despesa funções educação e cultura	0,014	(0,053)	0,333	(0,228)	0,102	(0,178)	-0,037	(0,161)
Resultado fiscal	0,674	(10,336)	5,585	(26,873)	-17,951	(21,184)	-16,972	(21,269)
Observações 1997-2000 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	675; 637		163; 162		250; 241		328; 305	
Observações 2001-2004 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	1; 1		0; 0		0; 0		0; 0	
Observações 2005-2008 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	5; 7		1; 2		2; 3		2; 5	
Observações 2009-2012 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	403; 407		108; 102		147; 138		187; 168	
Observações 2013-2016 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	410; 464		119; 132		165; 187		203; 243	
Painel B: variação proporcional do ano eleitora								
Receita tributária	0,473	(0,734)	-0,138	(0,266)	0,257	(0,338)	-0,064	(0,182)
Receita de capital	7,968*	(4,587)	1,593	(1,310)	0,927	(0,983)	-0,389	(0,813)
Despesa pessoal e encargos sociais	0,451	(0,461)	-0,193	(0,187)	0,157	(0,242)	-0,095	(0,100)
Despesa de capital	0,396	(0,389)	0,217	(0,293)	0,425	(0,308)	0,152	(0,303)
Despesa função legislativa	0,197	(0,479)	-0,121	(0,325)	-0,418	(0,201)	-0,288*	(0,167)
Despesa funções saúde e saneamento	0,791	(0,666)	-0,305	(0,604)	-0,315	(0,610)	0,194	(0,238)
Despesa funções educação e cultura	0,476	(0,453)	-0,516	(0,621)	0,111	(0,227)	-0,111	(0,166)
Resultado fiscal	-2,330	(2,965)	-0,434	(5,523)	-0,619	(4,785)	-5,600	(4,089)
Observações 1997-2000 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	635; 599		148; 155		230; 229		305; 291	
Observações 2001-2004 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	1; 1		0; 0		0; 0		0; 0	
Observações 2005-2008 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	4; 7		1; 2		1; 3		1; 5	
Observações 2009-2012 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	366; 369		93; 94		127; 125		166; 154	
Observações 2013-2016 (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	377; 424		107; 118		150; 170		184; 221	

Fonte: elaborada pelos autores.
Nota: nível de significância estatística: ***: 1%; **: 5%; *: 10%; E.P. se refere ao erro-padrão dos parâmetros; estimações obtidas via *local linear regression* com *kernel* triangular.

5.2 Estimações por mandato

Conforme visto na tabela 5, a não significância da maioria dos parâmetros para o caso das variáveis dependentes mensuradas como médias do mandato sugere não haver diferenças sistemáticas do comportamento das variáveis fiscais selecionadas entre municípios governados por prefeitos eleitos por partidos novos e municípios governados por prefeitos filiados à legendas tradicionais. Ademais, no que tange às possíveis manipulações fiscais em anos eleitorais, a maior parte das estimações também gerou parâmetros estatisticamente nulos, resultado que sugere que não há diferenças entre estes dois grupos de prefeitos quanto ao perfil da política fiscal executadas nos períodos em que ocorrem eleições locais.

As tabelas 6, 7 e 8 reportam os resultados das estimações separadamente por eleição local. Esse recorte permite identificar peculiaridades que podem não se manifestar ao se analisar todas as eleições conjuntamente. Para esta investigação, são analisadas apenas as eleições municipais ocorridas em 1996, 2008 e 2012 dado que o número de vitórias de prefeitos vinculados a partidos novos nas eleições de 2000 e 2004 é bastante limitado e inviabiliza a realização de qualquer inferência minimamente confiável.

Conforme os resultados apresentados no painel A da tabela 6 (referentes ao mandato 1997-2000, com prefeitos eleitos em 1996), é possível constatar que não há diferenças estatisticamente significantes dos diferentes indicadores fiscais entre municípios governados por prefeitos filiados a partidos novos e municípios governados por prefeitos filiados a partidos tradicionais uma vez que, à exceção do resultado fiscal na amostra completa, nenhum dos parâmetros é estatisticamente significativo aos níveis usualmente considerados. Resultado semelhante é observado no painel B, no qual, à exceção das despesas das funções saúde e saneamento no intervalo de 5% ao redor do *cutoff*, todos os demais parâmetros continuam sendo estatisticamente nulos.

Tabela 6 – Resultados das estimações - eleições 1996 - amostra completa e intervalos selecionados

	Amostra completa		5%		7,5%		10%	
Variável dependente	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.
Painel A: média do mandato (em logaritmo natural)								
Receita tributária	0,089	(0,211)	-0,155	(0,763)	0,526	(0,558)	0,247	(0,419)
Receita de capital	0,356	(0,240)	0,721	(0,718)	0,570	(0,651)	0,433	(0,497)
Despesa pessoal e encargos sociais	0,114	(0,086)	0,239	(0,226)	0,097	(0,198)	0,065	(0,181)
Despesa de capital	-0,030	(0,120)	0,026	(0,294)	-0,028	(0,287)	-0,113	(0,236)
Despesa função legislativa	-0,009	(0,176)	0,398	(0,374)	-0,216	(0,375)	-0,296	(0,372)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,001	(0,096)	0,088	(0,202)	0,007	(0,191)	-0,028	(0,169)
Despesa funções educação e cultura	0,048	(0,079)	-0,086	(0,242)	-0,095	(0,188)	-0,093	(0,166)
Resultado fiscal	11.444**	(4.626)	-8,401	(8,602)	-5,568	(7,037)	-0,073	(7,241)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	675; 637		163; 162		250; 241		328; 305	
Painel B: variação proporcional do ano eleitoral								
Receita tributária	0,302	(0,759)	-2,081	(1,537)	-0,438	(0,344)	-0,460	(0,343)
Receita de capital	20,116	(15,404)	1,323	(1,806)	2,301	(1,904)	-2,276	(3,385)
Despesa pessoal e encargos sociais	1,185	(0,991)	-0,970	(0,801)	-0,148	(0,209)	-0,161	(0,204)
Despesa de capital	0,635	(0,765)	0,943	(0,951)	0,371	(0,567)	0,350	(0,557)
Despesa função legislativa	0,240	(0,988)	-0,583	(0,756)	-0,368	(0,226)	-0,305	(0,205)
Despesa funções saúde e saneamento	1,507	(1,077)	1,293*	(0,707)	0,361	(0,439)	0,353	(0,429)
Despesa funções educação e cultura	1,129	(0,939)	-0,695	(0,933)	0,154	(0,316)	0,145	(0,318)
Resultado fiscal	-6,324	(5,286)	10,657	(9,822)	2,099	(8,607)	-3,827	(7,549)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	635; 599		148; 155		230; 229		305; 291	

Fonte: elaborada pelos autores.

Nota: nível de significância estatística: ***: 1%; **: 5%; *: 10%; E.P. se refere ao erro-padrão dos parâmetros; estimações obtidas via *local linear regression* com *kernel* triangular.

A tabela 7 apresenta o resultado das estimações referentes ao mandato 2009-2012 (prefeitos eleitos em 2008). Para as variáveis fiscais mensuradas como média do mandato (painel A), os resultados para a amostra completa e para os intervalos de 7,5% e 10% ao redor do *cutoff* sugerem que as despesas com pessoal e encargos sociais são menores em municípios geridos por prefeitos vinculados a partidos novos comparativamente a municípios geridos por prefeitos vinculados a partidos tradicionais, dado que os parâmetros são negativos e estatisticamente significantes a 5%. Adicionalmente, os resultados para os intervalos de 7,5% e 10% ao redor do ponto de corte sugerem que as despesas das funções saúde e saneamento também são menores em municípios governados por prefeitos filiados a partidos novos relativamente a municípios cujo chefe do executivo local é filiado a um partido tradicional. Os demais parâmetros, contudo, são estatisticamente nulos. Por sua vez, quanto aos resultados apresentados no painel B, nota-se que os parâmetros permanecem estatisticamente nulos na maior parte das estimações. A exceção fica por conta das receitas de capital, para as quais o parâmetro associado à variável *Novo* no intervalo de 7,5% ao redor do *cutoff* é negativo e estatisticamente significativo a 5%.

Tabela 7 – Resultados das estimações - eleições 2008 - amostra completa e intervalos selecionados

	Amostra completa		5%		7,5%		10%	
Variável dependente	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.
Painel A: média do mandato (em logaritmo natural)								
Receita tributária	-0,091	(0,140)	-0,480	(0,430)	-0,550	(0,399)	-0,420	(0,378)
Receita de capital	0,031	(0,211)	-0,779	(0,620)	-0,811	(0,554)	-0,832	(0,566)
Despesa pessoal e encargos sociais	-0,135**	(0,056)	-0,125	(0,115)	-0,206**	(0,102)	-0,236**	(0,093)
Despesa de capital	-0,085	(0,118)	-0,139	(0,341)	-0,280	(0,316)	-0,292	(0,313)
Despesa função legislativa	-0,051	(0,261)	0,770	(1,074)	0,204	(0,820)	-0,117	(0,665)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,056	(0,073)	-0,221	(0,163)	-0,350**	(0,157)	-0,337**	(0,157)
Despesa funções educação e cultura	-0,050	(0,066)	0,113	(0,189)	0,104	(0,181)	0,033	(0,160)
Resultado fiscal	-4,741	(8,627)	-30,127	(32,122)	-11,498	(22,306)	-11,413	(22,387)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	403; 407		108; 102		147; 138		187; 168	
Painel B: variação proporcional do ano eleitoral								
Receita tributária	0,020	(0,117)	0,229	(0,199)	0,148	(0,217)	0,163	(0,174)
Receita de capital	3,503	(4,887)	0,757	(1,530)	-1,725**	(0,874)	-2,901	(1,807)
Despesa pessoal e encargos sociais	-0,032	(0,049)	-0,184	(0,139)	-0,217	(0,162)	-0,205	(0,163)
Despesa de capital	0,128	(0,227)	-0,447	(0,848)	0,007	(0,455)	0,036	(0,430)
Despesa função legislativa	0,385	(0,369)	-1,545	(1,109)	0,352	(0,432)	0,745	(0,641)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,017	(0,076)	0,006	(0,175)	0,075	(0,159)	0,100	(0,148)
Despesa funções educação e cultura	0,071	(0,068)	-0,092	(0,202)	-0,100	(0,177)	0,042	(0,133)
Resultado fiscal	-5,386	(3,976)	-10,087	(10,388)	-12,715	(9,325)	-12,072	(7,441)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	366; 369		93; 94		127; 125		166; 154	

Fonte: elaborada pelos autores.

Nota: nível de significância estatística: ***: 1%; **: 5%; *: 10%; E.P. se refere ao erro-padrão dos parâmetros; estimações obtidas via *local linear regression* com *kernel* triangular.

Finalmente, quanto ao mandato 2013-2016 (prefeitos eleitos em 2012), os resultados apresentados no painel A da tabela 8 indicam que, exceto no caso das despesas das funções saúde e saneamento na amostra completa (em que parâmetro é negativo e estatisticamente significativo a 10%), o parâmetro referente à variável *Novo* é estatisticamente nulo em todos os casos. Resultado semelhante é observado no caso do painel B uma vez que, exceto no caso das despesas das funções educação e cultura no intervalo de 5% ao redor do *cutoff* (em que o parâmetro é negativo e estatisticamente significativo a 10%), todos os demais parâmetros estimados permanecem estatisticamente nulos, reforçando os resultados observados anteriormente.

Tabela 8 – Resultados das estimações - eleições 2012 - amostra completa e intervalos selecionados

	Amostra completa		5%		7,5%		10%	
Variável dependente	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.
Painel A: média do mandato (em logaritmo natural)								
Receita tributária	-0,047	(0,140)	0,110	(0,465)	-0,061	(0,451)	-0,285	(0,332)
Receita de capital	0,030	(0,203)	1,002	(1,005)	1,030	(1,076)	0,800	(0,814)
Despesa pessoal e encargos sociais	-0,030	(0,056)	-0,021	(0,212)	-0,137	(0,170)	-0,158	(0,144)
Despesa de capital	-0,014	(0,122)	-0,116	(0,487)	-0,235	(0,437)	-0,438	(0,314)
Despesa função legislativa	-0,116	(0,108)	-0,370	(0,251)	-0,333	(0,210)	-0,323	(0,213)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,174*	(0,099)	-0,009	(0,415)	-0,177	(0,297)	-0,322	(0,249)
Despesa funções educação e cultura	0,0004	(0,050)	-0,242	(0,204)	-0,188	(0,164)	-0,027	(0,107)
Resultado fiscal	-7,937	(23,672)	-26,682	(64,102)	-71,623	(43,968)	-70,386	(44,205)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	410; 464		119; 132		165; 187		203; 243	
Painel B: variação proporcional do ano eleitoral								
Receita tributária	0,046	(0,116)	0,380	(0,422)	0,311	(0,298)	0,315	(0,305)
Receita de capital	0,249	(0,605)	-0,678	(1,246)	-0,693	(1,213)	0,405	(0,651)
Despesa pessoal e encargos sociais	0,032	(0,033)	0,032	(0,131)	0,095	(0,108)	0,108	(0,076)
Despesa de capital	0,181	(0,130)	-0,302	(0,478)	0,449	(0,339)	0,427	(0,315)
Despesa função legislativa	0,041	(0,035)	0,004	(0,078)	-0,024	(0,042)	0,017	(0,053)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,019	(0,040)	0,151	(0,180)	0,157	(0,185)	0,102	(0,115)
Despesa funções educação e cultura	0,032	(0,032)	-0,234*	(0,137)	0,051	(0,087)	0,068	(0,071)
Resultado fiscal	2,826	(3,703)	0,029	(1,543)	0,368	(1,347)	-0,650	(1,057)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	377; 424		107; 118		150; 170		184; 221	

Fonte: elaborada pelos autores.

Nota: nível de significância estatística: ***: 1%; **: 5%; *: 10%; E.P. se refere ao erro-padrão dos parâmetros; estimações obtidas via *local linear regression* com *kernel* triangular.

5.3 Análise de efeitos heterogêneos

De modo a complementar a análise realizada até aqui, esta subseção do artigo apresenta resultados que visam investigar possíveis efeitos heterogêneos considerando, em particular, diferentes portes populacionais dos municípios e diferentes ideologias dos partidos novos.

Os resultados apresentados na tabela 9 se referem à estimações realizadas separadamente entre dois grupos de municípios, quais sejam, com população acima da mediana e abaixo da mediana. Analisando-se as variáveis fiscais mensuradas como média do mandato, os resultados apresentados no painel A (municípios com população acima da mediana) mostram que o parâmetro τ é estatisticamente nulo em todas as estimações, exceto no caso da despesa da função legislativa na janela de 5% ao redor do *cutoff*. Por sua vez, no caso do painel B, cujos resultados são referentes aos municípios abaixo da mediana, embora alguns parâmetros específicos apresentem significância estatística (caso da receita de capital na amostra completa e da receita de capital e das despesas das funções saúde e saneamento e educação e cultura na janela de 5%), todos os parâmetros são estatisticamente nulos. Estes resultados, portanto, corroboram aqueles apresentados anteriormente e indicam que, independentemente do porte populacional, não há diferenças, no mandato como um todo, no perfil da política fiscal entre municípios governados por prefeitos vinculados a partidos novos e municípios governados por prefeitos vinculados a partidos tradicionais.

Analisando-se os resultados referentes às variáveis fiscais mensuradas como variação proporcional do ano eleitoral, os parâmetros reportados no painel C (municípios com população acima da mediana) e no painel D (municípios com população abaixo da mediana) permanecem, em sua maioria, estatisticamente nulos¹⁰, reforçando as evidências apresentadas anteriormente de que, mesmo em anos eleitorais, não há nenhuma diferenciação entre os dois grupos de prefeitos quanto à gestão da política fiscal.

¹⁰ As exceções ficam por conta da despesa das funções educação e cultura para a amostra completa no painel C e no caso das funções da função legislativa para os intervalos de 7,5% e 10% ao redor do *cutoff* no painel D.

Tabela 9 – Resultados das estimações - Efeito heterogêneo da população - amostra completa e intervalos selecionados

Variável dependente	Amostra completa		5%		7,5%		10%	
	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.
Painel A: média do mandato para municípios com população acima da mediana (em logaritmo natural)								
Receita tributária	0,082	(0,173)	0,400	(0,605)	0,063	(0,373)	0,084	(0,379)
Receita de capital	-0,043	(0,175)	0,195	(0,608)	-0,121	(0,468)	-0,146	(0,446)
Despesa pessoal e encargos sociais	0,050	(0,066)	0,174	(0,241)	0,051	(0,182)	-0,080	(0,152)
Despesa de capital	-0,015	(0,090)	0,167	(0,279)	-0,065	(0,205)	-0,080	(0,198)
Despesa função legislativa	0,045	(0,126)	0,862*	(0,515)	0,446	(0,386)	-0,069	(0,331)
Despesa funções saúde e saneamento	0,049	(0,104)	0,331	(0,445)	0,182	(0,317)	0,001	(0,289)
Despesa funções educação e cultura	0,019	(0,082)	0,175	(0,303)	0,038	(0,232)	-0,027	(0,199)
Resultado fiscal	8,274	(7,942)	0,897	(23,96)	1,077	(23,13)	0,504	(19,154)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	728; 764	184; 224	267; 303	341; 375			341; 375	
Painel B: média do mandato para municípios com população abaixo da mediana (em logaritmo natural)								
Receita tributária	-0,341	(0,212)	0,457	(0,801)	-0,282	(0,425)	-0,266	(0,439)
Receita de capital	0,431**	(0,200)	1,846**	(0,899)	0,694	(0,676)	0,573	(0,458)
Despesa pessoal e encargos sociais	-0,007	(0,089)	0,418	(0,286)	-0,062	(0,193)	-0,086	(0,184)
Despesa de capital	0,037	(0,108)	0,552	(0,437)	-0,398	(0,279)	-0,395	(0,281)
Despesa função legislativa	0,035	(0,172)	0,222	(0,448)	-0,389	(0,417)	-0,364	(0,401)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,209	(0,143)	0,724*	(0,394)	-0,274	(0,292)	-0,266	(0,272)
Despesa funções educação e cultura	0,021	(0,087)	0,522*	(0,300)	-0,063	(0,217)	-0,086	(0,208)
Resultado fiscal	-4,408	(19,581)	-3,740	(49,228)	-38,292	(37,016)	-46,184	(36,296)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	767; 752		206; 174		269; 250		378; 346	
Painel C: variação proporcional do ano eleitoral para municípios com população acima da mediana								

Receita tributária	-0,044	(0,120)	0,003	(0,172)	-0,010	(0,169)	0,010	(0,171)
Receita de capital	3,955	(3,327)	0,421	(1,020)	0,436	(0,904)	0,074	(0,802)
Despesa pessoal e encargos sociais	-0,014	(0,047)	-0,196	(0,123)	-0,178	(0,116)	-0,163	(0,112)
Despesa de capital	0,196	(0,224)	0,079	(0,419)	0,171	(0,383)	0,214	(0,366)
Despesa função legislativa	0,293	(0,225)	-0,347	(0,256)	0,442	(0,336)	0,395	(0,340)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,036	(0,092)	0,181	(0,244)	-0,141	(0,193)	-0,154	(0,192)
Despesa funções educação e cultura	0,109*	(0,066)	-0,098	(0,279)	0,079	(0,166)	0,073	(0,144)
Resultado fiscal	0,892	(2,589)	-1,749	(5,610)	-4,702	(4,368)	-5,080	(4,410)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	672; 706		163; 205		239; 278		312; 345	
Painel D: variação proporcional do ano eleitoral para municípios com população abaixo da mediana								
Receita tributária	0,745	(1,343)	0,575	(0,589)	-0,100	(0,397)	-0,098	(0,402)
Receita de capital	13,434	(9,197)	-2,715	(2,867)	-1,537	(1,401)	-1,181	(1,699)
Despesa pessoal e encargos sociais	1,200	(1,091)	0,505	(0,468)	-0,076	(0,222)	-0,094	(0,223)
Despesa de capital	0,638	(0,780)	0,960	(0,656)	0,414	(0,481)	0,403	(0,483)
Despesa função legislativa	0,327	(1,031)	-0,490	(0,360)	-0,593**	(0,283)	-0,517*	(0,270)
Despesa funções saúde e saneamento	1,896	(1,431)	0,884	(0,605)	0,239	(0,434)	0,189	(0,453)
Despesa funções educação e cultura	1,153	(1,096)	0,458	(0,511)	-0,110	(0,265)	-0,131	(0,274)
Resultado fiscal	-7,323	(5,512)	7,449	(10,952)	3,691	(8,357)	4,132	(8,067)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	710; 694		187; 164		269; 250		343; 325	

Fonte: elaborada pelos autores.

Nota: nível de significância estatística: ***: 1%; **: 5%; *: 10%; E.P. se refere ao erro-padrão dos parâmetros; estimações obtidas via *local linear regression* com *kernel* triangular.

Quanto à análise dos efeitos heterogêneos decorrentes de diferenças de ideologia dos partidos novos, a tabela 10 apresenta resultados referentes à duas investigações específicas: a primeira compara municípios cujo chefe de executivo é filiado a partidos tradicionais com municípios governados por prefeitos filiados a partidos novos especificamente de direita; a segunda, por sua vez, realiza a mesma comparação, mas tendo como foco partidos novos especificamente de centro. Esclarece-se que o pequeno número de observações referentes a municípios governados por prefeitos filiados a partidos novos de esquerda inviabiliza a comparação destes com municípios geridos por prefeitos vinculados a partidos tradicionais. A classificação ideológica dos partidos é realizada com base em Mizuca (2007), Rodrigues (2009), Scheeffer (2018) e Maciel *et al.* (2018)¹¹.

No caso do painel A, nota-se que todos os parâmetros referentes às despesas das funções educação e cultura são positivos, sendo estatisticamente significantes em três das quatro estimações¹². Três dos quatro parâmetros referentes ao resultado fiscal também são estatisticamente significantes¹³, embora o sinal seja negativo neste caso. Assim, estes resultados sugerem haver algum grau de diferenciação do perfil da política fiscal, ao longo do mandato, entre prefeitos vinculados a partidos novos de centro comparativamente a prefeitos vinculados a partidos tradicionais. Contudo, como esta diferença se manifesta em apenas alguns dos indicadores fiscais selecionados, não é possível chegar a conclusões mais incisivas sobre tais diferenças. Já no caso do painel B, cujos resultados dizem respeito à comparação entre prefeitos vinculados a partidos novos de direita e prefeitos vinculados a partidos tradicionais, nota-se que a maioria dos parâmetros é estatisticamente nula, indicando, portanto, que tais grupos de prefeitos não apresentam diferenças quanto à gestão da política fiscal ao longo de um dado mandato.

Quanto às possíveis diferenças de política fiscal especificamente nos anos eleitorais, os parâmetros apresentados no painel C, que compara municípios com prefeitos filiados a partidos novos de centro com municípios cujos prefeitos são filiados a partidos tradicionais, são, em sua maioria, estatisticamente nulos. O mesmo ocorre no caso do painel D, que compara municípios chefiados por prefeitos filiados a partidos novos de direita com municípios cujo chefe do executivo

¹¹ Os partidos PSDC, PSN (PHS), PTN (Podemos), PAN, PGT, PEN (Patriotas) e PMB não foram classificados por nenhum destes estudos e, foram, então, definidos como partidos de centro.

¹² Casos da amostra completa e dos intervalos de 5% e 7,5% ao redor do *cutoff*.

¹³ Casos da amostra completa e intervalos de 7,5% e 10% ao redor do *cutoff*.

local é filiado a partidos tradicionais. Assim, estes resultados reforçam aqueles reportados anteriormente e sugerem que as diferenças de gestão da política fiscal entre prefeitos vinculados a partidos novos e prefeitos vinculados a partidos tradicionais tendem a ser inexistentes, independentemente do perfil ideológico dos partidos criados na história política recente do Brasil.

Tabela 10 – Resultados das estimações - Efeito heterogêneo do espectro partidário - amostra completa e intervalos selecionados

	Amostra completa		5%		7,5%		10%	
Variável dependente	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.
Painel A: média do mandato para municípios governados por partidos novos de centro (em logaritmo natural)								
Receita tributária	0,176	(0,167)	0,648	(0,529)	0,445	(0,379)	0,465	(0,399)
Receita de capital	0,353*	(0,207)	0,470	(0,760)	0,243	(0,709)	0,180	(0,570)
Despesa pessoal e encargos sociais	0,013	(0,061)	0,149	(0,179)	-0,059	(0,131)	-0,088	(0,121)
Despesa de capital	0,084	(0,113)	0,337	(0,334)	0,112	(0,252)	0,139	(0,269)
Despesa função legislativa	-0,055	(0,163)	0,174	(0,384)	-0,014	(0,299)	-0,015	(0,292)
Despesa funções saúde e saneamento	0,308***	(0,090)	0,524*	(0,287)	0,165	(0,192)	0,158	(0,198)
Despesa funções educação e cultura	0,151**	(0,068)	0,552**	(0,225)	0,301*	(0,177)	0,280	(0,173)
Resultado fiscal	-41,500***	(9,496)	-36,291	(23,124)	-55,006***	(21,071)	-54,115***	(19,084)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	1494;392		378;92		564;128		720;160	
Painel B: média do mandato para municípios governados por partidos novos de direita (em logaritmo natural)								
Receita tributária	-0,163	(0,149)	0,225	(0,660)	-0,134	(0,336)	-0,188	(0,314)
Receita de capital	0,085	(0,140)	1,240**	(0,616)	0,283	(0,456)	0,156	(0,389)
Despesa pessoal e encargos sociais	-0,018	(0,066)	0,314	(0,224)	0,126	(0,170)	-0,072	(0,149)
Despesa de capital	-0,061	(0,077)	0,369	(0,296)	-0,362*	(0,212)	-0,369*	(0,204)
Despesa função legislativa	0,000	(0,099)	0,575	(0,410)	-0,274	(0,328)	-0,325	(0,318)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,166*	(0,089)	0,340	(0,392)	-0,030	(0,268)	-0,233	(0,243)
Despesa funções educação e cultura	-0,039	(0,066)	0,132	(0,267)	-0,128	(0,198)	-0,183	(0,174)
Resultado fiscal	12,414	(11,272)	27,441	(31,485)	5,470	(26,441)	-1,089	(24,582)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	1494;1113		391;304		564;437		720;554	

Painel C: variação proporcional do ano eleitoral para municípios governados por partidos novos de centro								
Receita tributária	0,046	(0,146)	0,010	(0,208)	0,038	(0,199)	0,014	(0,200)
Receita de capital	6,217	(5,706)	-0,935	(0,798)	-0,484	(0,711)	-0,464	(0,703)
Despesa pessoal e encargos sociais	-0,012	(0,039)	-0,078	(0,101)	-0,100	(0,088)	-0,097	(0,086)
Despesa de capital	0,309	(0,210)	0,311	(0,330)	0,339	(0,317)	0,325	(0,322)
Despesa função legislativa	0,057	(0,441)	-0,813	(0,577)	-0,429	(0,388)	0,889	(0,757)
Despesa funções saúde e saneamento	-0,171 **	(0,086)	0,067	(0,172)	-0,001	(0,140)	-0,010	(0,140)
Despesa funções educação e cultura	0,053	(0,074)	-0,035	(0,118)	-0,099	(0,103)	-0,077	(0,103)
Resultado fiscal	-8,076*	(4,254)	-9,354	(10,894)	-12,450	(9,708)	-14,406*	(7,705)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	1382;356		350;84		508;115		655;146	
Painel D: variação proporcional do ano eleitoral para municípios governados por partidos novos de direita								
Receita tributária	1,254	(0,913)	-0,873	(0,891)	0,263	(0,340)	-0,173	(0,224)
Receita de capital	5,848*	(3,353)	0,986	(1,297)	1,304	(1,233)	-0,460	(1,081)
Despesa pessoal e encargos sociais	0,608	(0,564)	-0,174	(0,198)	0,220	(0,239)	-0,091	(0,118)
Despesa de capital	0,208	(0,404)	0,224	(0,382)	0,418	(0,370)	0,107	(0,407)
Despesa função legislativa	0,253	(0,562)	-0,654	(0,590)	-0,310 **	(0,151)	-0,204*	(0,115)
Despesa funções saúde e saneamento	1,171	(0,894)	-0,304	(0,707)	-0,903	(1,259)	0,315	(0,323)
Despesa funções educação e cultura	0,621	(0,556)	0,256	(0,316)	0,227	(0,245)	-0,088	(0,242)
Resultado fiscal	1,493	(3,225)	4,496	(5,287)	4,863	(3,909)	0,906	(4,566)
Observações (abaixo e acima do <i>cutoff</i>)	1382;1033		350;283		508;409		655;518	

Fonte: elaborada pelos autores.

Nota: nível de significância estatística: ***: 1%; **: 5%; *: 10%; E.P. se refere ao erro-padrão dos parâmetros; estimações obtidas via *local linear regression* com *kernel* triangular.

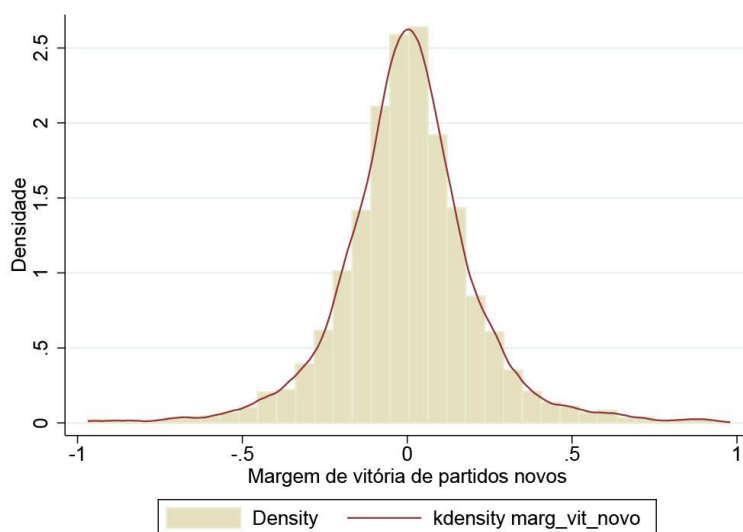
5.4 Testes de validação

Conforme mencionado na seção 3 deste artigo, o uso do modelo *RDD* pressupõe válidas algumas premissas, cujas validades são aqui testadas.

Uma primeira premissa importante é a continuidade da margem de vitória ao redor do *cutoff*, que indica que os candidatos não conseguem manipular perfeitamente o percentual de votos recebido nas eleições. Do contrário, ter-se-ia indivíduos auto-selecionados em cada lado da distribuição, fazendo com que os dois grupos de chefes de executivo local (vinculados a partidos tradicionais e vinculados a partidos novos) não fossem comparáveis entre si.

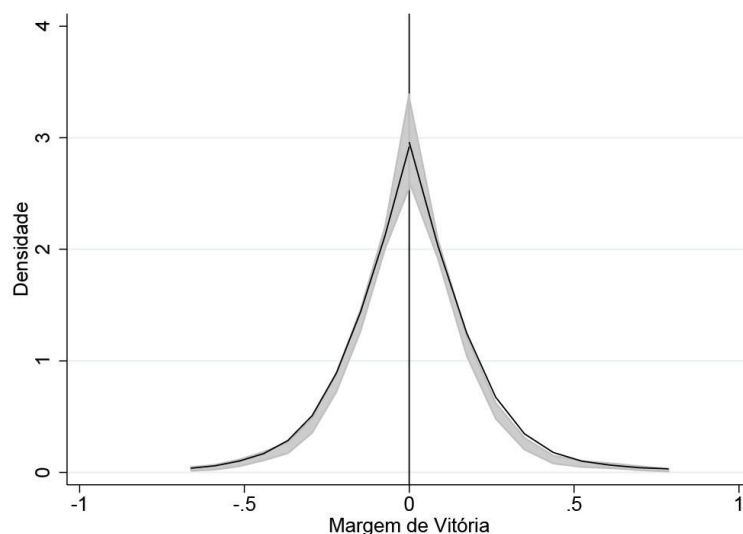
A Figura 1 apresenta a densidade da margem de vitória, que revela que a distribuição não apresenta descontinuidade ao redor do *cutoff*. Ademais, o teste de densidade de McCrary (2008), apresentado na Figura 2, rejeita a hipótese nula de que há manipulação ao redor do ponto de corte.

Figura 1 – Densidade da margem de vitória



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do TSE.

Figura 2 – Teste de densidade de McCrary



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do TSE.

Outra premissa importante do modelo *RDD* é de que a distribuição das características municipais se dê de forma contínua ao redor do *cutoff*, ou seja, espera-se não haver “saltos” nas variáveis que representem características locais ao redor do ponto de corte. Por meio desta validação, garante-se não haver descontinuidades nas características locais que possam estar ligadas à *running variable* e que prejudiquem a identificação da relação de interesse.

Para verificar a plausibilidade desta hipótese de identificação, a tabela 11 apresenta os resultados de estimações em que as variáveis dependentes são diferentes características municipais selecionadas e a variável explicativa é a variável *Novo*. Em particular, considera-se as seguintes variáveis: (i) receitas de transferências governamentais (em logaritmo natural do valor per capita), (ii) população, (iii) taxa de urbanização, (iv) proporção de jovens (com idade entre zero e 14 anos) e (v) proporção de idosos (com idade acima de 65 anos) na população total, (vi) taxa de desemprego, (vii) nota no IDEB, (viii) % da população com oito ou mais anos de estudo, (ix) taxa de acesso à rede de esgoto, (x) taxa de homicídios e finalmente (xi) ocorrência de óbitos infantis. À exemplo das estimações para as variáveis fiscais, todas estas estimações foram obtidas via *local linear regression*. Os resultados sugerem que as características municipais selecionadas não apresentam descontinuidade ao redor do *cutoff*.

Tabela 11 - Teste de continuidade das características municipais - amostra completa

Variável	τ	E.P.
Receitas de transferências governamentais per capita ^a	-0,059	0,070
População	5.121,8	3.173,6
Taxa de urbanização	-0,013	0,022
Proporção de jovens	0,002	0,006
Proporção de idosos	-0,003	0,002
Taxa de desemprego (em 2000)	0,0005	0,006
IDEB anos iniciais (em 2005)	0,028	0,106
% da população com oito ou mais anos de estudo (em 2000)	-0,005	0,010
Acesso à rede geral/pluvial de esgoto (em 2000)	-0,037	0,026
Homicídios/100 mil habitantes (em 1996)	-1,237	1,651
Óbitos infantis/residência (em 2000)	1,236	2,029

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do TSE, IBGE, STN e DATASUS.

Nota: nível de significância estatística: ***: 1%; **: 5%; *: 10%; E.P. se refere ao erro-padrão dos parâmetros; estimações obtidas via *local linear regression* com *kernel* triangular; ^a se refere a valor em logaritmo natural.

Por fim, faz-se um teste de placebo em que se desloca o ponto de *cutoff* da margem de vitória artificialmente para a direita e para a esquerda. Este teste faz com que a definição do tratamento seja modificada propositalmente de forma que o grupo de tratamento e o grupo de controle sejam alterados forçadamente.

A tabela 12 reporta o parâmetro τ (também obtido via *local linear regression*) referente a quatro pontos de corte diferentes: mais ou menos 10 pontos percentuais e mais ou menos 15 pontos percentuais. Observa-se que a maioria dos parâmetros se mostrou estatisticamente nula. As únicas exceções foram, no caso do painel A, referentes ao resultado fiscal (parâmetro negativo e estatisticamente significativo a 5% com um ponto de corte 10 pontos percentuais acima), às despesas da função legislativa (parâmetro positivo e estatisticamente significativo a 5% com um ponto de corte de 15 pontos percentuais abaixo) e no caso das despesas das funções educação e cultura (parâmetro positivo e estatisticamente significativo a 10% com um ponto de corte 15 pontos percentuais abaixo). No caso do painel B, por sua vez, a exceção fica por conta da despesa com pessoal e encargos sociais, cujo parâmetro é positivo e estatisticamente significativo a 10% com um ponto de corte de 10 pontos percentuais acima e de 15 pontos percentuais abaixo.

Tabela 12 – Testes de placebo

Variável	Amostra completa		5%		7,5%		10%	
	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.	τ	E.P.
Painel A: média do mandato (em logaritmo natural)								
Receita tributária	0,059	(0,334)	0,173	(0,345)	0,006	(0,249)	0,480	(0,371)
Receita de capital	0,020	(0,317)	-0,172	(0,328)	0,236	(0,425)	0,029	(0,418)
Despesa pessoal e encargos sociais	0,027	(0,135)	0,037	(0,169)	0,081	(0,128)	0,358	(0,155)
Despesa de capital	0,059	(0,221)	-0,010	(0,194)	0,061	(0,178)	0,181	(0,204)
Despesa função legislativa	0,232	(0,261)	-0,253	(0,239)	-0,324	(0,399)	0,531 **	(0,259)
Despesa funções saúde e saneamento	0,271	(0,271)	0,089	(0,190)	0,249	(0,208)	0,397	(0,301)
Despesa funções educação e cultura	-0,031	(0,151)	0,137	(0,161)	0,002	(0,142)	0,277 *	(0,162)
Resultado fiscal	-68,927 **	(27,201)	10,523	(22,426)	-21,759	(21,614)	-1,629	(38,060)
Painel B: variação proporcional do ano eleitoral								
Receita tributária	0,144	(0,244)	-10,738	(10,756)	0,0330	(0,244)	-0,084	(0,312)
Receita de capital	2,502	(2,120)	-1,081	(3,126)	1,234	(2,381)	0,333	(0,502)
Despesa pessoal e encargos sociais	0,180 *	(0,107)	-0,015	(0,045)	0,057	(0,073)	0,089 *	(0,050)
Despesa de capital	0,780	(0,535)	0,310	(0,377)	2,094	(1,938)	-0,061	(0,214)
Despesa função legislativa	0,641	(0,484)	-0,207	(0,187)	0,078	(0,142)	0,012	(0,146)
Despesa funções saúde e saneamento	0,195	(0,166)	0,199	(0,160)	0,005	(0,200)	0,143	(0,185)
Despesa funções educação e cultura	0,278	(0,194)	0,014	(0,097)	0,214	(0,184)	0,051	(0,085)
Resultado fiscal	-17,451	(11,398)	4,122	(2,903)	-4,737	(16,765)	-9,913	(7,548)

Fonte: elaborada pelos autores.

Nota: nível de significância estatística: ***: 1%; **: 5%; *: 10%; E.P. se refere ao erro-padrão dos parâmetros; estimações obtidas via *local linear regression* com *kernel* triangular.

6. Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo estudar um tema ainda pouco explorado pela literatura que versa sobre o efeito de fatores políticos sobre as finanças públicas, em particular, em nível local. Mais especificamente, este estudo procurou analisar em que medida a presença de um chefe de executivo filiado a um partido novo altera o padrão da política fiscal em nível local relativamente a chefes de executivo filiados a partidos considerados tradicionais.

Para responder à questão aqui proposta, este artigo explorou dados fiscais dos municípios brasileiros de 1997 a 2016, bem como dados das eleições municipais de 1996 a 2012, por meio do modelo de regressão descontínua, em que municipalidades governadas por prefeitos vinculados a partidos novos foram consideradas unidades tratadas ao passo que municípios governados por prefeitos vinculados a partidos considerados tradicionais foram considerados unidades de controle. Em particular, as variáveis fiscais foram mensuradas como média do mandato e como variação do ano eleitoral, período em que, hipoteticamente, os prefeitos têm incentivos a manipular a política fiscal visando elevar as chances de permanência no poder.

Quando todos os mandatos são analisados conjuntamente, os resultados obtidos sugerem haver diferenças apenas pontuais dos indicadores fiscais selecionados entre os dois grupos de prefeitos em questão, seja na média do mandato local, seja especificamente nos anos eleitorais. Ao se analisar os mandatos separadamente, as diferenças observadas continuam ocorrendo em alguns casos específicos. Desta forma, não é possível inferir que há diferenças sistemáticas no perfil da política fiscal entre prefeitos vinculados a partidos novos e partidos tradicionais.

Os resultados obtidos permitem retomar a discussão acerca da intensa criação de partidos políticos na histórica brasileira recente. Se a teoria apresentada neste artigo ajuda a entender possíveis diferenças na política fiscal praticada por estes dois grupos de partidos, questiona-se, então, quais fatores justificam as evidências empíricas aqui apresentadas. Diante desta ausência de diferenças, partidos novos devem ser vistos como “apenas mais do mesmo”? Ou não?

Em primeiro lugar, é necessário considerar que o sistema eleitoral influencia tanto a formação dos partidos em si como o caráter dos representantes eleitos. O Brasil tem um sistema eleitoral de representação proporcional com lista aberta e

com distrito de grande magnitude. Estas características tendem a fortalecer a fragmentação partidária, o enfraquecimento das legendas como ferramenta para mitigar os problemas de agência e estimular a criação de novas legendas. O enfraquecimento dos partidos, por sua vez, pode exacerbar os problemas de informação em anos eleitorais e prejudicar a solidez da própria democracia. Em segundo lugar, a literatura apresenta diversas evidências de individualismo dos políticos brasileiros. No limite, a legislação eleitoral brasileira incentiva o comportamento individual e desestimula a construção de identidades partidárias. Como a grande maioria das legendas no Brasil não resolve o problema de agência, focar no partido do candidato pode não ser a melhor maneira de se averiguar quem são, de fato, os novos agentes do sistema político.

Esses dois fatores ajudam a entender porque parece não haver diferenças entre partidos novos e partidos tradicionais na gestão das finanças públicas locais, mas não devem ser vistos como os únicos. Os resultados aqui apresentados dão vez ao debate acerca da alta fragmentação partidária do sistema eleitoral. Se valendo de brechas na legislação que permitem a criação e mudança de legendas políticas sem que se punam os indivíduos, os políticos se realocariam de acordo com interesses fisiológicos e/ou de curto prazo. Nesse contexto, os políticos se organizariam para criar um novo partido quando a sigla à qual são filiados já está velha ou desgastada. Pode-se até mesmo pensar que eles apenas mudam de legião para oxigenar suas candidaturas ou para ir a um partido em que exista menos concorrência para viabilizar suas plataformas individuais. Portanto, é possível que os novos partidos brasileiros sejam apenas uma forma de reorganização dos políticos tal que quando uma nova agremiação é criada, a mesma incorpora políticos já “tarimbados” e que conhecem o jogo democrático, os vícios e as virtudes da organização partidária. Dessa forma acabam importando para a nova legenda práticas já consolidadas, fazendo com que mesmo que o partido seja novo, seus membros sejam velhos conhecidos e o partido, portanto, acaba incorporando a sua cultura.

Para além das questões de identidade dos novos partidos políticos, é necessário considerar que há outros fatores que podem explicar a ausência de diferenças no perfil da política fiscal entre prefeitos vinculados a partidos novos e prefeitos vinculados a partidos tradicionais. De fato, há fatores institucionais que condicionam a execução dos gastos públicos no Brasil: os municípios têm que respeitar a provisão legal de gastar ao menos 15% de suas receitas em saúde e ao

menos 25% dos recursos advindos de impostos e de transferências em educação. Ademais, ainda há restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limitam os gastos com pessoal e o endividamento público (ambos, como proporção da receita corrente líquida). Mais importante, as municipalidades não podem alterar esses condicionantes que, de alguma forma, enrijecem a execução fiscal. Logo, ainda que os políticos quisessem, há dispositivos legais que impedem a realização de mudanças significativas no perfil da política fiscal.

Referências

- BARTOLINI, S.; MAIR, P. Challenges to contemporary political parties. In: DIAMOND, L.; GUNTHER, R. (Eds.). *Political parties and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- BRENDER, A.; DRAZEN, A. Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, 52(7), 1271-1295, 2005.
- CALONICO, R., CATTANEO, M. D., FARRELL, M. H.; TITIUNIK, R. Rdrobust: Software for regression-discontinuity designs. *The Stata Journal*, 17(2), 372-404, 2017.
- COLONNELLI, E., PREM, M.; TESO, E. Patronage and selection in public sector organizations. *American Economic Review*, 110(10), 3071-99, 2020.
- DALTON, R. J., FARRELL, D. M.; MCALLISTER, I. *Political parties and democratic linkage: How parties organize democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- DUVERGER, M. *Political parties: Their organization and activity in the modern State*. Hoboken: John Wiley e Sons, 1954.
- FALCÃO, M. STF derruba restrições a tempo de TV e fundo partidário para novos partidos. *Folha de São Paulo*, 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1689125-stf-derruba-restricoes-atempo-de-tv-e-fundo-partidario-para-novos-partidos.shtml>
- FERREIRA, F.; GYOURKO, J. Do political parties matter? Evidence from U.S. cities. *The Quarterly Journal of Economics*, 124(1), p. 399-422, 2009.
- FERREIRA, F.; GYOURKO, J. Does gender matter for political leadership? The case of U.S. mayors. *Journal of Public Economics*, 112, p. 24-39, 2014.

GALINDO-SILVA, H. New parties and policy outcomes: Evidence from Colombian local governments. *Journal of Public Economics*, 126, p. 86-103, 2015.

GELMAN, A.; IMBENS, G. Why high-order polynomials should not be used in regression discontinuity designs. *Journal of Business e Economic Statistics*, 37(3), p. 447-456, 2019.

GOMES, A. L. H. Se é para piorar melhor deixar como está: impactos da reforma política da 55ª legislatura na fragmentação partidária do congresso nacional, in Seminário Crises da Democracia e Reforma Política, IEA/USP - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2018.

HANUSCH, M.; KEEFER, P. *Political budget cycles and the organization of political parties*. The World Bank, 2013a.

HANUSCH, M.; KEEFER, P. *Promises, promises: Vote-buying and the electoral mobilization strategies of non-credible politicians*. The World Bank, 2013b.

HOLMSTRÖM, B. Managerial incentive problems: A dynamic perspective. *The Review of Economic Studies*, 66(1), p. 169-182, 1999.

IMBENS, G. W.; LEMIEUX, T. Regression discontinuity designs: A guide to practice. *Journal of Econometrics*, 142(2), p. 615-635, 2008.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: The emergence of the cartel party. *Party politics*, 1(1), p. 5-28, 1995.

KATZ, R. S.; MAIR, P. The cartel party thesis: A restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), p. 753-766, 2009.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: Evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, p. 21-36, 2015.

KONTOPOULOS, Y.; PEROTTI, R. Government fragmentation and fiscal policy outcomes: Evidence from OECD countries. In: POTERBA, J.; HAGEN, J. von (Eds.). *Fiscal institutions and fiscal performance*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

LEE, D. S. Randomized experiments from non-random selection in U.S. house elections. *Journal of Econometrics*, 142(2), p. 675-697, 2008.

LEE, D. S., MORETTI, E.; BUTLER, M. J. Do voters affect or elect policies? Evidence from the U.S. House. *The Quarterly Journal of Economics*, 119(3), p. 807-859, 2004.

MACIEL, A. P. B., ALARCON, A. O.; GIMENES, E. R. Partidos políticos e espectro ideológico: Parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 8(3), 2018.

MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: The case of Brazil*. Redwood City: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization. In: CROOBY, W. J.; KATZ, R. S. (Eds.). *Handbook of Party Politics*. Londres: Sage Publications, 2006.

MCCRARY, J. Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test. *Journal of Econometrics*, 142(2), p. 698-714, 2008.

MIZUCA, H. D. Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

NICOLAU, J. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Zahar, 2012.

NICOLAU, J. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). *Journal of Democracy*, 6(1), 2017.

PERSSON, T.; TABELLINI, G. E. Do electoral cycles differ across political systems? Innocenzo Gasparini Institute for Economic Research, 2003.

PERSSON, T.; TABELLINI, G. E. *The economic effects of constitutions*. Cambridge: The MIT press, 2005.

REYNOLDS, A.; REILLY, B.; ELLIS, A. Electoral system design: The new international IDEA handbook. International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2008.

ROCHA, F., ORELLANO, V. I. F.; BUGARIN, K. Elected in a close race: Mayor's characteristics and local public finances. *Economía*, 19(2), p. 149-163, 2018.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), p. 21-36, 1990.

SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SCHEEFFER, F. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. *E-Legis* (27), p. 119-142, 2018.

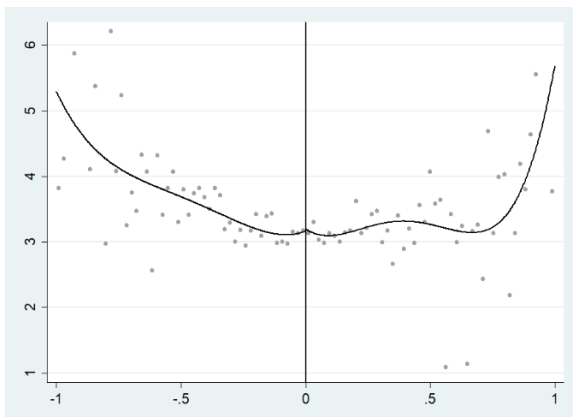
SCHMITTER, P. Parties are not what they once were. In: DIAMOND, L.; GUNTHER, R. (Eds.). *Political parties and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 67-89, 2001.

SHI, M.; SVENSSON, J. Political budget cycles: Do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90(8-9), p. 1367-1389, 2006.

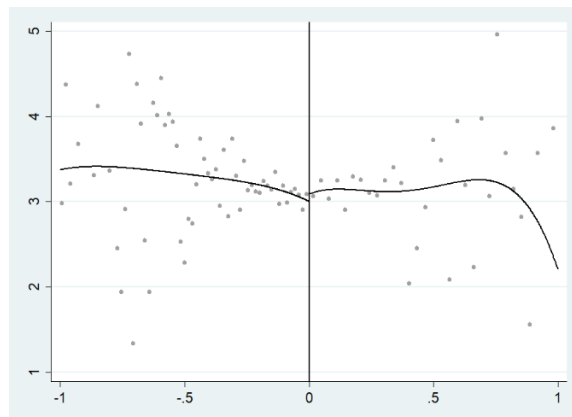
VIEIRA, O. V. *A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Apêndices

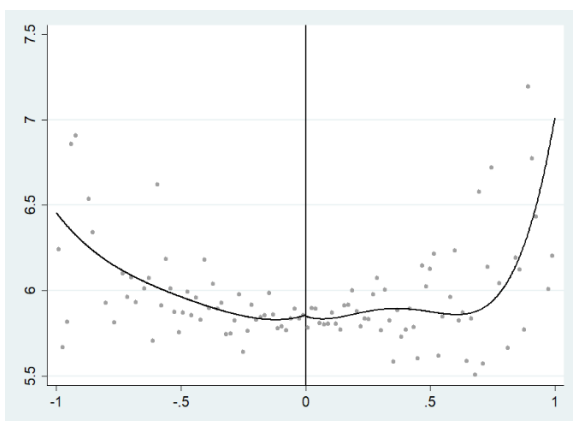
Apêndice A – Variáveis dependentes como média do mandato - todos os mandatos



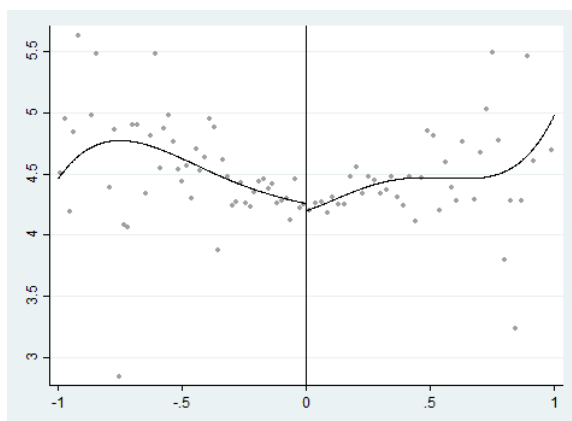
Receita tributária



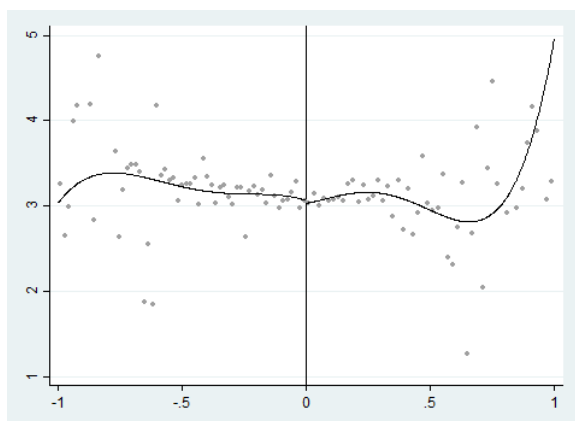
Receita de capital



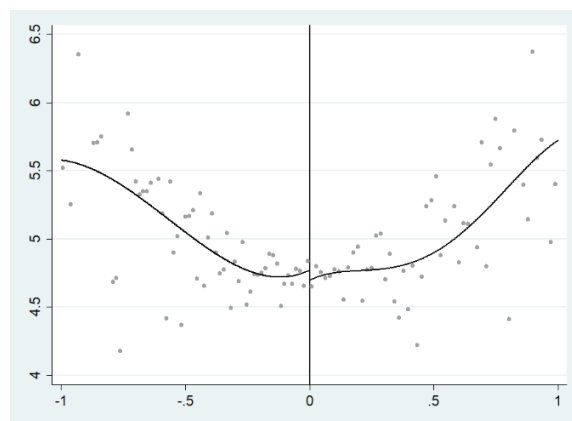
Despesa pessoal encargos sociais



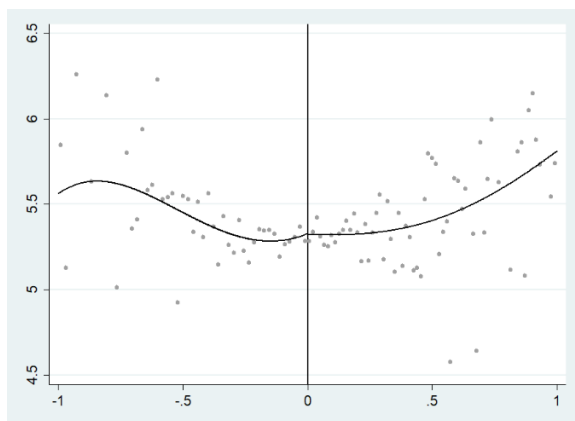
Despesa de capital



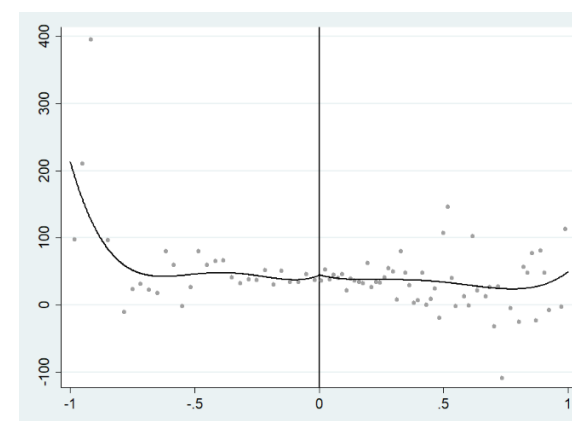
Despesa função legislativa



Despesa funções saúde e saneamento

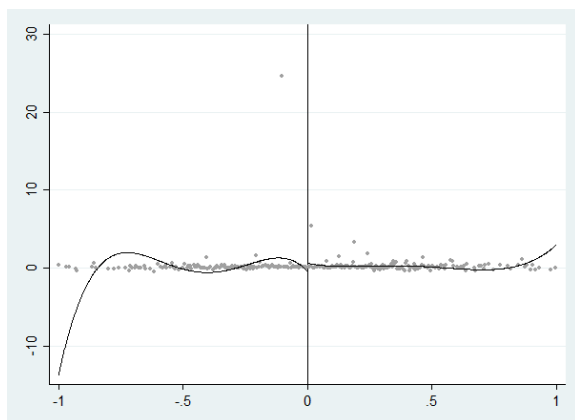


Despesa funções educação e cultura

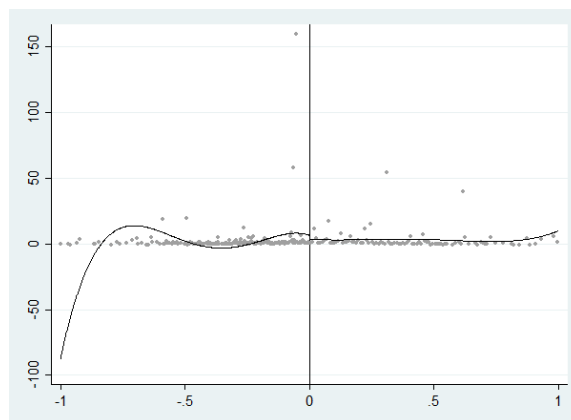


Resultado fiscal

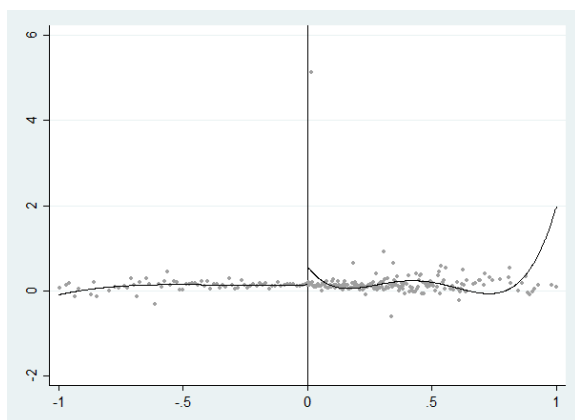
Apêndice B - Variáveis dependentes como variação proporcional do ano eleitoral - todos os mandatos



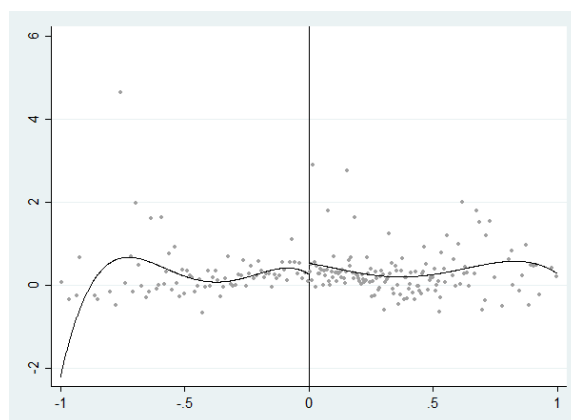
Receita tributária



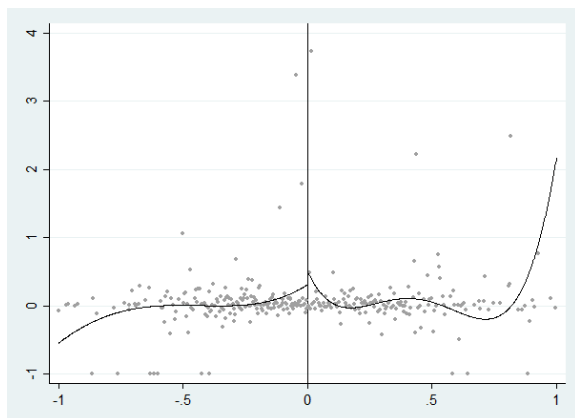
Receita de capital



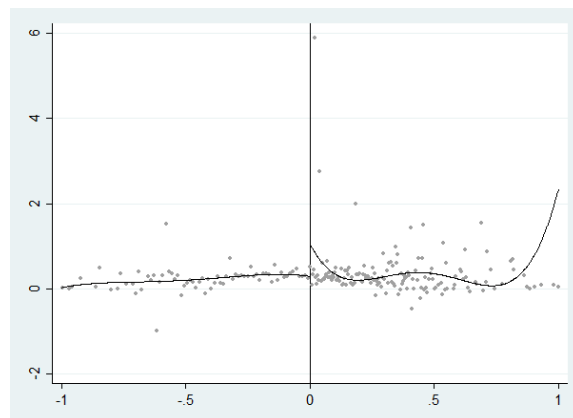
Despesa pessoal encargos sociais



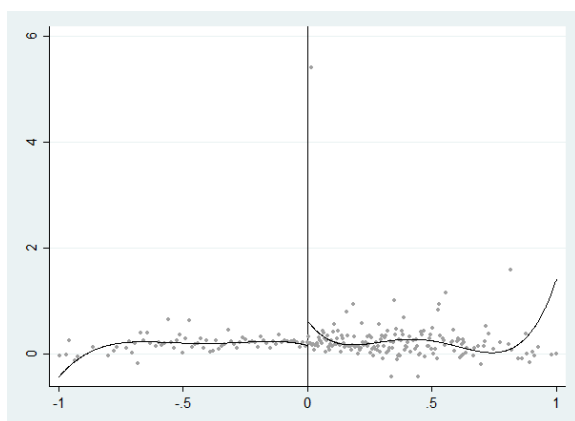
Despesa de capital



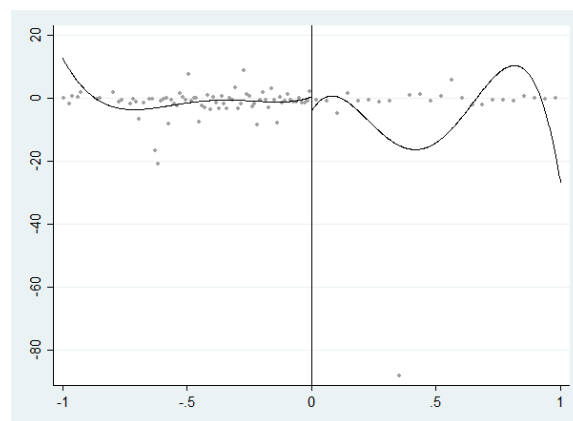
Despesa função legislativa



Despesa funções saúde e saneamento



Despesa funções educação e cultura



Resultado fiscal